

Previdência Social

Social Security



Leonardo Fontes de Alencar

Sinfonia sergipana, 2011
Sergipe's Symphony

Social Security

Luís Eduardo Afonso¹

The year 2020: impacts of the COVID-19 pandemic and the Constitutional Amendment no. 103 on the General Social Security System

Introduction

This chapter presents an analysis of some characteristics of the Brazilian General Social Security System (RGPS), of the National Institute of Social Security (INSS), conducted with the use of aggregated data on expenses and revenues up to 2020, the most recent year for which information has been made available. This year presents two very distinct characteristics against the previous period. It is the first year of the COVID-19 pandemic. It also marks the establishment of provisions from the Constitutional Amendment no. 103, of Nov 12, 2019, effects are still reduced, due to transition rules.

In 2020, the RGPS deficit reached the highest nominal value in the time series, in absolute terms (R\$259.16 billion), and also in relation to the Gross Domestic Product (GDP) (3.47%). The deficit increased 21.57% from 2019, a figure above the annual average of the period 2009-2019 (17.40%). What can explain that disturbing increment? Understanding

¹ Full professor at the University of São Paulo (USP). Associate Professor at the Department of Accounting and Actuarial Science of the School of Economics, Administration and Accounting (FEA/USP). Scholar in research productivity at the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), level 2

Previdência Social

Luís Eduardo Afonso¹

O ano de 2020: os impactos da pandemia de COVID-19 e da Emenda Constitucional n. 103 sobre o Regime Geral de Previdência Social

Introdução

Neste capítulo é realizada uma análise de algumas características do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Isto é feito com o emprego dos dados agregados de despesas e de receitas até 2020, ano mais recente em que as informações foram disponibilizadas. Este último ano apresenta duas características bastante distintas em relação ao período prévio. É o primeiro ano da pandemia de COVID-19. Também é o início de vigência das medidas da Emenda Constitucional n. 103, de 12.11.2019, ainda que seus efeitos sejam reduzidos, devido às regras de transição.

Em 2020, o déficit do RGPS atingiu o valor nominal mais elevado da série histórica em termos absolutos (R\$ 259,16 bilhões) e também em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (3,47%). O crescimento do déficit em relação a 2019 foi de 21,57%, valor superior à média anual do período 2009-2019 (17,40%). O que explica este preocupante incremento? Entender os seus determinantes, com foco na evolução da arre-

¹ Livre-Docente da Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP). Bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nível 2.

its determiners, with a focus on the evolution of tax revenue and of social security expenses, and making some considerations about what may happen in the future are the main objectives of this chapter.

Social security tax revenue

Only two months in 2020 can be said to have been relatively normal. The first restrictions to activities concerning production activities and the movement of persons went into effect right in the beginning of March. The purpose was to reduce contamination by the Coronavirus, which had already caused the first deaths and was starting to impose a burden on the healthcare system.

As a result of this fact, there was a considerable drop in economic activity and a significant decrease in social security tax revenue. As it can be observed in Table 1, in 2020, there was a nominal decrease of 2.08% in net revenue. These figures differ substantially from the trend of the period 2015-2019, according to which the same variables had increased, in annual terms, by 3.18% and 4.23%, respectively. Data on market expectations (EXPECTATIVAS..., [2022]) show that, from 2015 to 2019, nominal GDP had an average annual increase of 5.36%. And in the year 2020, its nominal increase was 1.06%. That is, this group of data provides evidence that tax revenue had been very affected and increased less than the GDP in periods of expansion and with a bigger decline in periods of recession. As a consequence of this dichotomic behavior, gross tax revenue went from 6.48% of the GDP, in 2015, to 5.72%, in 2020.

And why did tax revenue fall? The first explanation is found in Table 4, which reports the number of taxpayers to the RGPS. There is a monotonic increase from 2010 to 2014. From that year on, continuous decrease is observed except for year 2018. From 2015 to 2019, reduction occurred at an annual rate of 1.14%. In 2020, this trend advances, with the number of taxpayers recording a decrease of 2.39%, a change from 66.5 million to 64.9 million workers. Decrease is even more dramatic for employees (3.14%), who are the majority of taxpayers.

The second explanation is related to the amount of taxes paid per worker, resulting from the division of aggregated revenue figures (Table 1) by the number of taxpayers (Table 4). This relation can be understood as a proxy, yet imperfect, of average earnings. Between 2015 and 2019, there was an average increase of 4.37% in nominal tax revenue by taxpayer. In 2020, there is a decrease of 0.65%. For net tax

cadação e da despesa previdenciárias, e fazer algumas reflexões sobre o que pode acontecer no futuro são os objetivos principais deste capítulo.

Arrecadação previdenciária

O ano de 2020 teve apenas dois meses de relativa normalidade. Já no início do mês de março começaram a ser decretadas as primeiras restrições ao funcionamento das atividades produtivas e à circulação de pessoas. O motivo era reduzir a contaminação pelo Coronavírus, que já havia feito as primeiras vítimas fatais e começava a sobrecarregar o sistema de saúde.

Como decorrência deste fato, houve drástica retração na atividade econômica e queda sensível na arrecadação previdenciária. Conforme pode ser notado na Tabela 1, em 2020, ocorreu queda nominal de 3,03% na arrecadação bruta e de 2,08% na arrecadação líquida. Estes valores contrastam fortemente com a tendência verificada no período 2015-2019, em que as mesmas variáveis haviam crescido, em termos anuais, 3,18% e 4,23%, respectivamente. Os dados de expectativas de mercado (EXPECTATIVAS..., [2022]) mostram que de 2015 a 2019 o PIB nominal teve uma elevação média anual de 5,36%. E no ano de 2020, o seu crescimento nominal foi de 1,06%. Ou seja, este conjunto de dados fornece evidências de que a arrecadação vem sendo bastante afetada, crescendo menos do que o PIB em períodos de expansão e caindo mais em períodos recessivos. Como decorrência deste comportamento dicotômico, a arrecadação bruta passa de 6,48% do PIB, em 2015, para 5,72%, em 2020.

E por que a arrecadação caiu? A primeira explicação deve ser buscada na Tabela 4, que reporta o número de contribuintes do RGPS. Há crescimento monotônico de 2010 a 2014. A partir deste ano, verifica-se contínua queda, com exceção de 2018. De 2015 a 2019, a redução ocorre a uma taxa média anual de 1,14%. Em 2020, esta tendência se acentua, com o número de contribuintes tendo redução de 2,39%, passando de 66,5 milhões para 64,9 milhões de trabalhadores. A queda é ainda mais dramática para os empregados (3,14%), que representam o contingente mais expressivo de contribuintes.

A segunda explicação deve ser buscada no montante de contribuições por trabalhador, obtido pela divisão dos valores agregados de arrecadação (Tabela 1) pelo número de contribuintes (Tabela 4). Esta relação pode ser entendida como uma *proxy*, mesmo que imperfeita, da renda média do trabalho. Entre 2015 e 2019, há elevação média de 4,37% na arrecadação bruta nominal por contribuinte. Já em 2020, ocorre uma queda de 0,65%. Para a arrecadação líquida, os resultados são um pouco melhores (5,43% e 0,32%, respectivamente). Esta redução é ainda mais

revenue, the results are a little better (5.43% and 0.32%, respectively). This decrease is still more alarming because these are nominal figures, and, in 2020, the inflation calculated by the Extended Consumer Price Index (IPCA) was 4.52%. That means real decrease was much bigger.

Altogether, these figures show that the two components of tax revenue (number of taxpayers and average value of contribution) were already low by 2019. And the COVID-19, by causing retreat in economic activity (by means of restrictions in movement and in other activities), reduced not only the demand for manpower, but also stimulated a process of change into low-quality jobs, with lower earnings and a smaller proportion of taxpayers. Despite the proportional decreases in net tax revenue by taxpayer in some years (2020, for example), there is no clear pattern regarding the cyclical nature of social security tax revenue. This result differs from the one reported by Almosova, Burda and Voigts (2020) for 25 member countries of the Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD) in the period 1960-2015. Maybe that is related to the occurrence of other important structural changes in Brazil, such as the Labor Reform, approved in 2017.

Social security expenditure

The year 2020 was also atypical with regard to the stock of benefits, that is, benefits issued, with amounts presented in Table 2. The increase in quantity was of only 0.58% in relation to the previous year. In terms of urban benefits, increase was a little bigger, 0.70%. And for rural benefits, of only 0.23%. Following a trend of some years, the proportion of urban benefits in relation to the total has increased gradually, having changed from 72.14%, in 2017, to 73.04%, in 2020.

These data are strongly influenced by the behavior of flow variables, that is, the granting of benefits, reported in Table 3. As it can be observed in the first line, in 2020 a total of 4.66 million benefits were granted, a significant decrease, above 10% from the previous year. This decrease, unseen in recent years, is heterogeneous in terms of type of benefits. For example, social security benefits, the most important type among the ones granted, dropped 7.86% only. Assistance benefits fell 9.63%. And in the case of accident benefits, reduction was very significant, of almost 57%. And within each category, great differences appear. For instance, among the most relevant social security benefits, disability retirement pensions amounted to 107,72

preocupante, pois os valores são nominais, e em 2020 a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 4,52%. Isto significa que a queda real foi muito maior.

Em seu conjunto, estes valores mostram que os dois componentes da arrecadação (número de contribuintes e valor médio da contribuição) já apresentavam desempenho bastante fraco até 2019. E, a pandemia de COVID-19, ao gerar a retração na atividade econômica (por meio das medidas de restrição de circulação e de várias atividades econômicas), reduziu não só a demanda por mão de obra, como aprofundou um processo de mudança para empregos de pior qualidade, com rendimentos mais baixos e menor proporção de contribuintes. Apesar de serem verificadas quedas mais do que proporcionais na arrecadação líquida por contribuinte em alguns anos (por exemplo, em 2020) não há um padrão tão claro sobre o caráter cíclico das contribuições previdenciárias. Este resultado diverge daquele reportado por Almosova, Burda e Voigts (2020) para 25 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD) no período 1960-2015. Talvez esteja ligado ao fato de ter havido outras mudanças estruturais importantes no Brasil, como a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017.

Despesa previdenciária

O ano de 2020 também foi atípico quando atentamos para o estoque de benefícios, ou seja, os benefícios emitidos, cujas quantidades são apresentadas na Tabela 2. O crescimento do quantitativo foi de apenas 0,58%, em relação ao ano anterior. Para os benefícios urbanos, o crescimento foi um pouco mais elevado, de 0,70%. E para os benefícios rurais, de apenas 0,23%. Seguindo uma tendência de alguns anos, a proporção de benefícios urbanos em relação ao total vem crescendo gradualmente, passando de 72,14%, em 2017, para 73,04%, em 2020.

Estes dados são fortemente influenciados pelo comportamento das variáveis de fluxo, isto é, as concessões de benefícios, reportadas na Tabela 3. Como pode ser verificado logo na primeira linha, em 2020 foram concedidos 4,66 milhões de benefícios, um decréscimo expressivo, superior a 10% em relação ao ano anterior. Este decréscimo, além de inédito para anos recentes, é heterogêneo por espécie de benefícios. Por exemplo, os benefícios previdenciários, componente mais importante das concessões, recuam apenas 7,86%. Para os benefícios assistenciais, a queda é de 9,63%. E para os benefícios acidentários, a redução é bastante impactante, de quase 57%. E mesmo internamente a cada categoria, verificam-se grandes diferenças. Por exemplo, dentre os benefícios previdenciários mais relevantes, foram concedidas

thousand, almost 58% less than in 2019. And the drop in sick pay for victims of accidents was even bigger: above 63%. These figures differ from those relative to decrease in granting of age retirement pensions, which was below 12%.

It is easy to observe that such heterogeneous pattern of change in retirement resulted from the COVID-19 pandemic. Programmed benefits, such as age retirement pensions were less affected, since these can be solved without the need of face-to-face services at INSS branches. But since those units had been closed for a long time, accident benefits (risks), which usually depend on face-to-face interactions (such as medical appointments) faced the biggest impacts. Furthermore, the reduction of economic activity and of the number of taxpayers (as shown in Table 4) in 2020 led to a decline in the number of persons eligible for such benefits. These data imply that the pandemic had a more severe effect on individuals employed in risky activities, with lower earnings and who were employed in informal activities or became unemployed. Due to a probable overlapping of these characteristics, the burden was unevenly distributed, with a bigger impact on those that should count on social protection structure the most.

Although aggregated data do not evidence that, it is important to keep in mind that the federal government adopted, in 2020, some measures to try to mitigate the effects of the COVID-19 pandemic, thus affecting social security figures. For example: early pay of the 13th salary for retired persons and pension earners; flexibility in conditions and maintenance of the Continuous Cash Benefit (BPC) and delay in charging social security tax revenue from professional categories since March this year. As a result, the INSS finances were also affected heterogeneously throughout the year.

Final considerations

The year 2020 was very atypical in comparison with previous ones. The COVID-19 pandemic had a major impact on economic activity, thus reducing the level of employment, real compensation and the level of employment formality. That led to a significant decrease in social security tax revenue. Expenses are less influenced by economic cycles. They continued increasing as a proportion of the GDP, despite difficulties imposed by the granting of risk benefits.

The effects of Constitutional Amendment no. 103, of 11.12.2019, are still little visible this year, due to: a) a long transition period; e b) the fact

apenas 107,72 mil aposentadorias por invalidez, redução de quase 58% em relação a 2019. E os auxílios-doença acidentários tiveram redução ainda mais drástica, superior a 63%. Estes valores contrastam com a queda na concessão das aposentadorias por idade, inferior a 12%.

É imediato verificar que tal padrão heterogêneo de variação nas concessões originou-se da pandemia de COVID-19. Benefícios programados, como as aposentadorias, foram menos impactadas, dado que, muitas vezes, podem ser obtidas sem a necessidade de atendimento presencial nas agências do INSS. Mas como estas mantiveram-se fechadas por períodos longos, benefícios acidentários (de risco), cuja concessão depende, via de regra, de interação pessoal (como as perícias), foram mais afetadas. Adicionalmente, a redução na atividade econômica e do número de contribuintes (conforme pode ser visto na Tabela 4) em 2020 reduziu a quantidade de elegíveis a pleitear benefícios. Estes dados permitem inferir que a pandemia impactou mais fortemente indivíduos empregados em ocupações com maior risco, com renda mais baixa e que foram deslocados para ocupações informais ou que perderam seus empregos. Como deve haver forte sobreposição destas características, o ônus foi arcado de maneira assimétrica, com maior impacto justamente sobre os que mais precisam da estrutura de proteção social.

Embora os dados agregados anuais não mostrem, é importante lembrar que o governo federal adotou, em 2020, algumas medidas para tentar amenizar os efeitos da pandemia de COVID-19, que tiveram impactos sobre os grandes números da previdência. Por exemplo, podem ser citadas, a antecipação no pagamento do 13º salário para aposentados e pensionistas; relaxamento de condições de concessão e manutenção no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a postergação do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais a partir de março deste ano. Com isso, as finanças do INSS também foram afetadas de modo heterogêneo ao longo do ano.

Considerações finais

O ano de 2020 foi bastante atípico quando comparado aos anos anteriores. A pandemia de COVID-19 impactou fortemente a atividade econômica, reduzindo o nível de emprego, a remuneração real e o nível de formalização dos trabalhadores. Isso levou a uma queda expressiva na arrecadação previdenciária. Já as despesas são menos influenciadas pelos ciclos econômicos. Continuaram subindo como proporção do PIB, mesmo com as dificuldades impostas para a concessão de benefícios de risco.

Os efeitos da Emenda Constitucional n.103, de 12.11.2019, ainda são pouco visíveis neste ano, devido: a) ao longo período de transição; e b) ao fato de as

that those measures affected only benefits to be granted and not those already issued. Among the few studies on this topic, Afonso and Carvalho (2021) show that the Labor Reform of 2019 must reduce significantly the deficit and the actuarial liabilities, though both may still remain high. Nonetheless, as shown by Costanzi, Sidone and Silva Filho (2021), in the year 2020, there was already an increment of 0.5 in the average age for granting of retirement benefits for period of tax revenue contribution, which is in accordance with what is expected for after the Reform. It is a reasonable idea to consider this increase will be maintained for the following years. That is, the effects of the Constitutional Amendment n.103, of 11.12.2019 are predictable and can be properly quantified.

This predictability is not observed in the case of effects of the COVID-19 pandemic. The scarce literature on this topic (BIGGS, 2021) has allowed appropriate questioning on the long-term effects of the pandemic on social security systems. Many effects overlap. It is possible that the decrease in compensation and in the number of taxpayers be permanent. That would reduce the number of benefits granted and the average value of benefits programmed. Furthermore, it is necessary to investigate if some of the individuals contaminated with COVID-19 may have been affected on a permanent basis, which would restrain their work capacity, their income and could result in an increased number of risk aids and benefits. Likewise, there can be an increase in the volume of death pension benefits granted (and later issued). So far, there seems to be no clear answers. That is a topic of major importance and should be carefully considered by the entire society in years to come

References

AFONSO, Luís Eduardo; CARVALHO, João Vinícius de França. Show do trilhão no RGPS? Quantificando os aspectos fiscais e distributivos da reforma da previdência do governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 75, n. 2, p. 116–148, abr./jun. 2021. DOI 10.5935/0034-7140.20210007. Available from: <http://old.scielo.br/pdf/rbe/v75n2/0034-7140-rbe-75-02-0116.pdf>. Cited: May 2022.

ALMOSOVA, Anna; BURDA, Michael C.; VOIGTS, Simon. Social security contributions and the business cycle. *Journal of Macroeconomics*, v. 65, 2020. DOI 10.1016/j.jmacro.2020.103209. Available from: <https://www.wiwi.hu-berlin.de/de/professuren/vwl/wtm2/forschung/almosovaburdavoigts2020fin.pdf>. Cited: May 2022.

medidas afetarem somente as concessões e não os benefícios já emitidos. Dos poucos estudos sobre o tema, Afonso e Carvalho (2021) mostram que a Reforma Trabalhista de 2019 deve reduzir sobremaneira o déficit e o passivo atuarial, mas estes, ainda assim, devem continuar bastante elevados. Entretanto, como mostrado por Costanzi, Sidone e Silva Filho (2021), no ano de 2020, já houve um incremento de 0,5 ano na idade média de concessão das aposentadorias por tempo de contribuição, o que está de acordo com o esperado após a Reforma. É razoável supor que este aumento será mantido nos próximos anos. Ou seja, os efeitos da Emenda Constitucional n.103, de 12.11.2019, são previsíveis e podem ser quantificados de forma adequada.

Esta previsibilidade não é verificada para os efeitos da pandemia de COVID-19. A escassa literatura sobre o assunto (BIGGS, 2021) tem feito pertinentes indagações sobre os impactos de longo prazo da pandemia sobre os sistemas de previdência. Vários efeitos estão sobrepostos. É possível que a redução verificada nas remunerações e no número de contribuintes seja permanente. Isso reduziria o número de concessões e o valor médio dos benefícios programados. Adicionalmente, é necessário investigar se parte dos indivíduos que contraiu COVID-19 pode ser afetada de maneira permanente, o que reduziria a sua capacidade de trabalho, a sua renda e poderia levar a um aumento no número de auxílios e de benefícios de risco. Igualmente, pode haver um crescimento no volume de concessões (e posterior emissões) de pensões por morte. Até o momento, não parece haver respostas mais claras. Este é um item da maior importância, a ser acompanhado com muita atenção por toda a sociedade nos próximos anos.

Referências

AFONSO, Luís Eduardo; CARVALHO, João Vinícius de França. Show do trilhão no RGPS? Quantificando os aspectos fiscais e distributivos da reforma da previdência do governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 75, n. 2, p. 116–148, abr./jun. 2021. DOI 10.5935/0034-7140.20210007. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/rbe/v75n2/0034-7140-rbe-75-02-0116.pdf>. Acesso em: maio 2022.

ALMOSSOVA, Anna; BURDA, Michael C.; VOIGTS, Simon. Social security contributions and the business cycle. *Journal of Macroeconomics*, v. 65, 2020. DOI 10.1016/j.jmacro.2020.103209. Disponível em: <https://www.wiwi.hu-berlin.de/de/professuren/vwl/wtm2/forschung/almosovaburdavoigts2020fin.pdf>. Acesso em: maio 2022.

BIGGS, Andrew G. How the COVID-19 pandemic could reduce near-retirees' Social Security benefits. *Journal of Pension Economics and Finance*, v. 20, n. 1, p. 1-8. DOI <https://doi.org/10.1017/S147474722000030X>. Available from: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-pension-economics-and-finance/article/abs/how-the-covid-19-pandemic-could-reduce-nearretirees-social-security-benefits/FBF1E4493C7B6964D733C317D40DE4E6>. Cited: May 2022.

COSTANZI, Rogério Nagamine; SIDONE, Otávio José Guerci; SILVA FILHO, Geraldo Andrade da. Evolução das concessões de aposentadoria por tempo de contribuição em 2020. *Informe de Previdência Social*, Brasília, DF, v. 33, n. 4, p. 5-12, 2021. Available from: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/noticias-e-conteudo/publicacoes-previdencia/publicacoes-sobre-previdencia-social/informes/arquivos/2021/informe-de-previdencia-abril-de-2021.pdf>. Cited: May 2022.

EXPECTATIVAS de mercado. In: SGS: sistema gerador de séries temporais v2.1. Brasília, DF: Banco Central do Brasil - BCB, [2022]. Available from: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Cited: May 2022.

Translated by: Aline Milani Romeiro Pereira

BIGGS, Andrew G. How the COVID-19 pandemic could reduce near-retirees' Social Security benefits. *Journal of Pension Economics and Finance*, v. 20, n. 1, p. 1-8. DOI <https://doi.org/10.1017/S147474722000030X>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-pension-economics-and-finance/article/abs/how-the-covid19-pandemic-could-reduce-nearretirees-social-security-benefits/FBF1E4493C7B6964D733C317D40DE4E6>. Acesso em: maio 2022.

COSTANZI, Rogério Nagamine; SIDONE, Otávio José Guerci; SILVA FILHO, Geraldo Andrade da. Evolução das concessões de aposentadoria por tempo de contribuição em 2020. *Informe de Previdência Social*, Brasília, DF, v. 33, n. 4, p. 5-12, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/noticias-e-conteudo/publicacoes-previdencia/publicacoes-sobre-previdencia-social/informes/arquivos/2021/informe-de-previdencia-abril-de-2021.pdf>. Acesso em: maio 2022.

EXPECTATIVAS de mercado. In: *SGS: sistema gerador de séries temporais v2.1*. Brasília, DF: Banco Central do Brasil - BCB, [2022]. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: maio 2022.

Tabela 5.1 - Recebimentos e pagamentos da Previdência Social - 2009-2020
Table 5.1 - Social Security revenues and payments - 2009-2020

Recebimentos e pagamentos (1 000 000 R\$)/Revenues and payments (1,000,000 R\$)						
Ano/ Year	Arrecadação bruta/ Gross revenue	Arrecadação própria/ Contributions (1)	Arrecadação de outras entidades/Other entities' revenue (2)	Arrecadação líquida/Net revenue (3)	Pagamento de benefícios do RGPS/ Payment of RGPS benefits	Resultado primário/ Social security balance (4)
2009	273 524	200 618	18 609	182 009	224 876	(-) 42 867
2010	312 641	233 513	21 545	211 968	254 859	(-) 42 891
2011	351 545	271 406	25 514	245 892	281 438	(-) 35 546
2012	396 684	304 881	29 116	275 765	316 590	(-) 40 825
2013	431 684	340 004	32 857	307 147	357 003	(-) 49 856
2014	471 807	374 017	36 514	337 503	394 201	(-) 56 698
2015	388 477	351 821	37 865	350 272	436 090	(-) 85 818
2016	396 996	361 384	38 577	358 137	507 871	(-) 149 734
2017	414 438	375 077	39 463	374 785	557 235	(-) 182 450
2018	429 329	384 512	38 025	391 182	586 379	(-) 195 197
2019	440 263	393 369	26 029	413 331	626 510	(-) 213 179
2020	426 938	380 900	22 090	404 745	663 904	(-) 259 159

Fonte/Source: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

(1) A conta Arrecadação própria no ano de 2016 e 2017 consideram as rubricas Arrecadação bancária, Arrecadação GPS Intra-SIAFI, Arrecadação DARF e Arrecadação compensação./The Contributions account in the year of 2016 and 2017 comprises the items Bank payments, Intra-SIAFI GPS payments, DARF payments and Clearing payments. A conta Arrecadação própria no ano de 2015 considera as rubricas Arrecadação GPS, Arrecadação DARF e Arrecadação compensação./The Contributions account in the year of 2015 comprises the items GPS payments, DARF payments and Clearing payments. (2) A conta Arrecadação de outras entidades engloba Transferências a Terceiros (Repasso de Outras Entidades) e Taxa de Administração sobre Outras Entidades. /The Other entities' revenue account includes Transfers to Third Parties (Transfers of Other Entities) and Administration Fees charged on Other Entities. (3) A conta Arrecadação Líquida, para os anos anteriores a 2015, corresponde a diferença entre a Arrecadação própria e a Arrecadação de outras entidades; para o ano de 2015, Arrecadação Bruta menos a soma de Arrecadação de outras entidades e Restituições. /For the years prior to 2015, the Net Revenue account corresponds to the difference between Contributions and Other entities' revenue; for 2015, it corresponds to Gross revenue less the sum of Other entities' revenue and Restitutions. (4) A conta Resultado Primário corresponde à diferença entre a Arrecadação líquida e o Pagamento de benefícios do RGPS./ Social security balance corresponds to the difference between Net Revenue and Payment of RGPS benefits.

**Tabela 5.2 - Distribuição dos benefícios ativos,
urbano e rural - 2017-2020**

Table 5.2 - Distribution of active benefits: urban and rural - 2017-2020

Benefícios/ Benefits	2017	2018	2019	2020
Total/Total	34 294 510	34 893 322	35 502 667	35 707 240
Urbano/Urban	24 741 383	25 309 879	25 899 949	26 082 051
Previdenciários/ Social security	19 347 242	19 828 640	20 439 825	20 628 984
Aposentadorias/ Retirement pensions	12 812 034	13 356 545	13 965 399	14 212 552
Pensões por morte/ Survivor pensions	5 302 646	5 344 648	5 433 929	5 498 173
Auxílios/ Cash aid	1 161 072	1 086 628	989 239	878 397
Outros/ Others	71 490	40 735	51 258	39 862
Assistenciais/ Welfare	4 619 945	4 712 156	4 708 375	4 718 253
Amparos assistenciais/ Income assistance	4 546 128	4 646 400	4 650 169	4 666 571
Rendas mensais vitalícias/ Lifelong monthly income	63 759	56 278	49 311	43 486
Outros/ Others	10 058	9 478	8 895	8 196
Acidentários/ Work-related injuries	764 435	759 778	742 837	725 955
Aposentadorias/ Retirement pensions	191 544	196 178	195 112	189 830
Pensões/ Survivor pensions	107 505	104 928	102 668	99 956
Auxílios/ Cash aid	465 386	458 672	445 057	436 169
Encargos Previdenciários da União - EPU/ Treasury Owed Pensions - EPU	9 761	9 305	8 912	8 859
Rural/Rural	9 553 127	9 583 443	9 602 718	9 625 189
Previdenciários/ Social security	9 464 893	9 502 600	9 528 679	9 557 018
Aposentadorias/ Retirement pensions	6 894 517	6 976 385	7 020 938	7 059 003
Pensões por morte/ Survivor pensions	2 366 215	2 367 971	2 376 715	2 383 047
Auxílios/ Cash aid	195 872	155 218	130 059	113 557
Outros/ Others	8 289	3 026	967	1 411
Assistenciais/ Welfare	57 909	51 754	45 961	41 352
Amparos assistenciais/ Income assistance	-	-	-	-
Rendas mensais vitalícias/ Lifelong monthly income	57 909	51 754	45 961	41 352
Outros/ Others	-	-	-	-
Acidentários/ Work-related injuries	30 325	29 089	28 078	26 819
Aposentadorias/ Retirement pensions	13 116	13 192	13 179	12 750
Pensões/ Survivor pensions	3 809	3 732	3 652	3 553
Auxílios/ Cash aid	13 400	12 165	11 247	10 516

Fonte/Source: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev).

Tabela 5.3 - Benefícios concedidos pela Previdência Social - 2017-2020
Table 5.3 - Benefits granted by Social Security - 2017-2020

Benefícios/ Benefits	2017	2018	2019	2020
Total/Total	5 103 661	5 123 777	5 189 986	4 664 849
Previdenciários/ Social security	4 544 850	4 575 560	4 665 849	4 298 913
Aposentadorias/ Retirement pensions	1 421 001	1 304 929	1 385 751	1 060 715
Idade/ Old age	734 229	684 756	709 481	625 633
Invalidez/ Disability	206 678	251 510	255 634	107 716
Tempo de contribuição/ Length of contribution	480 094	368 663	420 636	327 366
Pensões por morte/ Survivor pensions	409 137	351 451	409 539	398 433
Auxílio-doença/ Sick pay	2 030 867	2 271 033	2 222 434	2 267 425
Salário-maternidade/ Maternity pay	645 102	608 481	611 408	550 307
Outros/ Others	38 743	39 666	36 717	22 033
Assistenciais/ Welfare	333 225	312 699	294 475	266 105
Amparos assistenciais - LOAS/ Income assistance				
Idoso/ Old age	332 821	312 430	294 208	265 941
Portador de deficiência/ Impaired people	160 017	148 240	172 821	185 842
Pensões mensais vitalícias/ Lifelong monthly pensions				
	404	269	267	163
Rendas mensais vitalícias/ Lifelong monthly income				
	0	0	0	1
Idoso/ Old age	0	0	0	1
Invalidez/ Impaired people	0	0	0	0
Acidentários/ Work-related injuries	225 412	235 387	229 566	99 339
Aposentadorias/ Retirement pensions	9 519	11 372	11 281	3 952
Pensão por morte/ Survivor pensions	305	212	260	160
Auxílio-doença/ Sick pay	195 179	202 406	195 064	72 067
Auxílio-acidente/ Injury benefit	20 253	21 281	22 852	23 048
Auxílio-suplementar/ Supplemental security income				
	156	116	109	112
Encargos Previdenciários da União - EPU/ Treasury Owed Benefits - EPU	174	131	96	492

Fonte/Source: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev).

Tabela 5.4 - Quantidade de pessoas físicas contribuintes do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, por categoria - 2010-2020
Table 5.4 - Number of individuals contributing to the General Social Security System - RGPS, by category - 2010-2020

Ano/ Year	Total/ Total	Empregado/ Employee	Outro contribuinte/ Other contributor	Empregado e outro contribuinte/ Employee and other contributor
2010	60 197 924	46 683 012	11 548 708	1 966 204
2011	64 109 870	49 508 175	12 428 273	2 173 422
2012	67 246 063	51 609 519	13 333 407	2 303 137
2013	69 660 344	52 948 129	13 899 578	2 812 637
2014	71 339 903	53 760 776	14 714 775	2 864 352
2015	69 635 082	52 070 934	14 978 934	2 585 214
2016	66 652 055	49 424 229	15 027 079	2 200 747
2017	65 232 942	50 218 289	13 247 745	1 766 908
2018	68 374 819	52 677 222	13 973 076	1 724 521
2019	66 515 084	49 715 190	14 128 755	2 671 139
2020	64 924 484	48 155 601	14 230 633	2 538 250

Fonte/Source : Anuário estatístico da previdência social. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Previdência, 2020. Disponível em/Available from : <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos-previdencia/previdencia-social-regime-geral-inss/dados-abertos-previdencia-social>. Acesso em: jan. 2022/Cited: Jan . 2022.

Notas/Notes :: 1. Os dados de 2019 foram atualizados./The 2019 data were updated .

2. Os dados de 2020 são preliminares, e serão atualizados no AEPS 2021./The 2020 data are preliminary and will be updated in the 2021 AEPS .